



Relatório de Atividades 2011

Centro Gestor e Operacional do
Sistema de Proteção da Amazônia



Sumário

Apresentação	06
Programas e Projetos	09
Parcerias	15
Operações	19
Fortalecimento Interno	47



Apresentação

06

Censipam é transferido para o Ministério da Defesa.

Em 2010, o Censipam foi transferido para o Ministério da Defesa através do Decreto nº. 7424 de 05 de janeiro de 2011, durante o período de transição o Censipam se adaptou a nova realidade administrativa junto ao Ministério da Defesa, com as seguintes ações;

- a) Transferências contábil, financeira e patrimonial das unidades gestoras da Casa Civil para as novas unidades gestoras do Ministério da Defesa;
- b) Recebimento e tombamento patrimonial dos novos equipamentos do parque de antenas HFDF em Manaus, Belém, Porto Velho e Roraima, investimento de R\$ 13 milhões;
- c) Conclusão no recebimento e tombamento patrimonial das 1033 antenas VSAT, investimento de R\$ 9 milhões;
- d) Conclusão do processo de liberação da área na qual está localizado o prédio do Centro Gestor e Operacional em Brasília junto à Superintendência de Patrimônio da União;
- e) Gestão sobre a folha de pagamento dos servidores, sendo esta atribuição da Assessoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas;
- f) Gestão para inclusão de 284 cargos efetivos no Censipam na carreira do Ministério de Ciência e Tecnologia através da Portaria 2.434 de 10 de dezembro de 2010;
- g) Aquisição através de adesão a ata de registro de preços do Ministério do Trabalho e Emprego de sistema de controle da efetividade dos servidores do Censipam em todas as unidades administrativas,
- h) Redesenho dos processos administrativos na DIRAF, através da Comissão de Melhoria da Qualidade, com o objetivo de modernização e racionalização dos processos;
- i) Reestruturação do lay-out interno para recebimento do CENAD- Ministério da Integração Nacional como novo parceiro do Censipam, liberando uma área de 600m² no prédio do Centro Gestor em Brasília;
 - Reestruturação e reorganização do serviço de protocolo com o objetivo de maior eficiência naqueles serviços;
 - Aquisição de relógios protocoladores instalados nos serviços de protocolo, objetivando melhor controle do fluxo de entrada e saída de documentos;
 - Criação de espaço para arquivo de documentos no bloco T;



09

Programas e Projetos

Cartografia da Amazônia

O Projeto passou a atividade contínua no PPA 2012-2015 incluindo a cartografia temática como produto derivado. Essa modificação considerou as mesmas metas do Projeto original para serem atingidas em 2015 e incluiu o Censipam também como executor, junto com as Forças Armadas e a CPRM, além de coordenador de todas as atividades.

Nesse contexto a ação 20T8 - Sistema de Cartografia para a Amazônia Legal - agrega os produtos cartográficos dos parceiros e do Censipam na mesma base de dados, trazendo a cartografia topográfica, náutica e geológica como insumos para a cartografia temática para aplicação e planejamento de políticas públicas territoriais.

O Exército Brasileiro alcançou em 2011 a quase totalidade dos levantamentos aéreos com radar banda P e X da área de 1.142.000 km², insumo necessário para a elaboração de modelos numéricos de elevação bem como das cartas topográficas na escala 1:100.000 sob sua coordenação.

A Força Aérea Brasileira realizou a substituição do sistema de gravação de dados das 3 aeronaves R99, iniciou a modernização do software GSP, aquisição de software de processamento de imagens e adquiriu a máquina digital aerofotogramétrica ADS-80 para o Esquadrão Carcará, tendo realizado um sobrevôo solicitado pelo Censipam na área teste da Serra do Itatiaia, na divisa RJ/SP.

O teste com a câmera ADS-80 comprovou a potencialidade do equipamento para identificação de alvos de até 30 cm de resolução, bem como a identificação de estruturas geológicas, geomorfológicas e de diferenças discretas de vegetação e uso do solo, além de corresponder adequadamente na precisão de determinação de quebras bruscas e suaves do relevo, elaboração de modelo de elevação com precisão na escala 1:25.000, podendo chegar a 1:2.500.

A Marinha do Brasil iniciou a construção de 2 dos 5 Avisos Hidrográficos previstos para conclusão ao final de 2012. O Censipam participou do evento de "Batimento de Quilha do Aviso Hidrográfico Xingu", no estaleiro ENACE (CE) que foi contratado para a construção.

O Serviço Geológico do Brasil – CPRM – executa o levantamento aerogeofísico como ferramenta necessária ao conhecimento geológico da região do Projeto. Dentre suas ações em andamento, agora incorporadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), destacaram-se os levantamentos nos estados do Pará e de Rondônia.

Programa SipamCidade

O Programa SipamCidade teve atuação marcante em 2011 na região amazônica, em particular nos 58 municípios da Operação Arco Verde e Cidadania Xingu.

Para 43 municípios prioritários da Operação Arco Verde o Censipam coordenou uma capacitação de 200 horas, em 5 módulos de 40 horas em 7 municípios-pólo. O público composto de técnicos de prefeitura e representantes da sociedade civil contou com 70 técnicos desses municípios além de mais 160 técnicos que participaram de pelo menos 2 módulos. Para tal foram contratadas com recursos provenientes do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA – uma empresa de logística, uma de áudio-visual e uma de consultoria para ministrar os módulos, além das aulas dos técnicos do Sipam. Todo esse processo foi desenvolvido e supervisionado pelos centros regionais e pelos técnicos do CCG.

No contexto do Programa, outras ações da Operação Arco Verde foram realizadas, tais como a de monitorar as atividades e compromissos assumidos por outros órgãos do governo federal, estados e das próprias prefeituras, coordenar reuniões locais para o desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis e motivar os técnicos municipais na gestão territorial municipal.

Concomitante a Operação Cidadania Xingu que se voltou especificamente para 11 municípios relacionados ao empreendimento de Belo Monte, no Pará, por meio de mutirões de serviços de governo federal e estadual nessas sedes municipais. O Censipam participou provendo sistema de Telecom com VSAT móvel e apresentou as potencialidades do Programa SipamCidade para o desenvolvimento regional.

Ainda para o mesmo recorte geográfico desses municípios o Censipam apresentou na sede do Fundo Amazônia, no BNDES, o projeto de captação de recursos que prevê a criação de um portal operacional em ambiente web voltado para intercâmbio de informações espaciais com os municípios, que receberão investimentos para montagem e operação de centros de geoprocessamento em suas secretarias de meio ambiente além de capacitação em gestão territorial. Esse Projeto está em fase final de análise pela equipe técnica do Fundo.

O Programa TelecentrosBR que beneficiou o Censipam como proponente de 137 telecentros nos 43 municípios do Arco Verde iniciou a entrega de mobiliário e equipamentos. No mesmo Programa, o CNPq já contemplou o Censipam com bolsas de nível médio para a contratação de monitores locais para além de desenvolver os trabalhos de inclusão digital para a sociedade civil local, ser um representante do Censipam na localidade e disseminador de políticas públicas do governo federal e ponto focal para agregar conhecimento para o devido ordenamento territorial municipal.

PROGRAMAS E PROJETOS

Como o Censipam ainda é iniciante no estado da arte de educação à distância, em 2011 submeteu ao CNPq um projeto piloto denominado "IncluíGeo: Geotecnologias livres para conhecer, incluir e preservar no Arco Verde – Município de Lábrea (AM)", que foi contemplado e desenvolvido em 4 módulos presenciais, num total de 160 horas para 60 alunos do município. O interesse local foi considerável a ponto de que no último módulo os alunos "extras" das escolas locais chegaram a 90, além dos 60 já inscritos.

Como forma de equacionar os novos trabalhos nessa área no Censipam, outro projeto foi submetido ao CNPq e aceito, para a realização de uma oficina de nivelamento dos técnicos do Censipam com os especialistas do assunto no Brasil, previsto para maio de 2012.

Em 2011, o Programa SipamCidade foi incluído no Programa Calha Norte do MD na forma de um Programa consultivo para as aplicações do Calha Norte nos municípios da Amazônia Legal.

Programa Terra Legal

O Programa Terra Legal sob responsabilidade do MDA tem no Censipam a sua gênese e padronização. As equipes operacionais dos Centros Regionais trabalham nas fases de pré-titulação e pós-titulação do Programa, na formatação dos dados de entrada para o processo de regularização fundiária e no monitoramento do desmatamento das glebas tituladas.

Em 2011 o Censipam adquiriu 2 antenas receptoras do satélite NOAA para a detecção de focos de calor, entre outros produtos para o monitoramento territorial, que estão em fase de teste de aplicação nesse programa e nos demais.

Programa ProAE

Em 2011 o Programa de Monitoramento de Áreas Especiais – PROAE em curso no Censipam desde 2002 foi reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente como o programa de monitoramento mais adequado para subsidiar o Programa Bolsa Verde do governo federal. O Programa Bolsa Verde não prescinde de informações espaciais detalhadas dos níveis de desmatamento em unidades de conservação, assentamentos do INCRA, quilombolas e terras indígenas para, acoplado a um banco de dados oriundo do Programa Bolsa Família, possa garantir a confiabilidade do pagamento por serviços ambientais das populações que residem nessas

PROGRAMAS E PROJETOS

regiões. Esta é a primeira experiência, já em curso, de pagamento pelos serviços ambientais pelo governo federal.

Esse reconhecimento foi materializado em um termo de cooperação assinado com o MMA para o período 2011-2015, com repasse de recursos para o Censipam. Nesse acordo, o Censipam fará o banco de dados espaciais e o monitoramento do desmatamento nas áreas definidas pelo MMA. Os resultados serão padronizados no Censipam, com controle de qualidade, para serem homologados pelo IBAMA e posterior repasse ao MMA.



15

Parcerias

PARCERIAS

Missões de campo para substituição do sistema satelital (HUGHES-GILAT)

No ano de 2011 a CGMAT, com o apoio das divisões de Manutenção Técnica dos Centros Regionais, concentrou esforços na substituição do parque de vsats dos órgãos parceiros, iniciada em dezembro de 2010 e finalizada no terceiro trimestre de 2011, com o desligamento das quatro antenas máster (HUGHES) do CCG e centros regionais, possibilitando assim a liberação de espaço (banda satelital) para uso da nova tecnologia. As substituições visaram atender aos órgãos parceiros estratégicos cujo serviço de Telecom não poderia ser interrompido e, portanto durante todo o processo de substituição de aproximadamente 250 antenas na região amazônica o sistema antigo (HUGHES) operou simultaneamente ao novo sistema (GILAT) compartilhando a mesma banda satelital. A operação toda foi realizada com o mínimo impacto ao usuário e foi consagrada com sucesso.

Missões de campo para instalação de vsats em apoio à Bolsa-família

No ano de 2011 foi celebrado o Termo de Cooperação entre o Censipam e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) com o objetivo de levar o cadastro eletrônico (web) do programa Bolsa-Família às regiões ermas da Amazônia Legal, através da instalação de vsats nos postos avançados de cadastro das prefeituras locais, totalizando 166 localidades, sendo que até o momento foram atendidas aproximadamente 40 localidades desde o início do projeto (outubro 2011).

Revitalização do parque de Antenas Meteorológicas

A DITEC com o apoio da equipe técnica dos Centros Regionais e da Meteorologia do Censipam acompanhou todo o processo de análise do melhor local até a completa instalação e comissionamento do parque de antenas meteorológicas sendo instalados: dois sistemas de recepção da constelação de satélites GOES/GVAR, um em Manaus e outro em Brasília; três sistemas de recepção da constelação de satélites NOAA/HRPT, Terra/Aqua/MODIS e METOP/HRPT, um em cada Centro Regional do Censipam.

A revitalização do segmento de satélite foi extremamente importante para a Meteorologia do Sipam, sobre o qual havia, inclusive, um compromisso institucional de fornecimento das suas imagens assumido em ACT firmado com a Rede Amazônica.

O sistema de cobertura original do projeto SIVAM para os satélites NOAA foi ampliado com a instalação de dois novos sistemas complementares (Belém e Porto Velho) e substituição do originalmente instalado em Manaus possibilitando a cobertura de praticamente toda a região amazônica. Adicionalmente a atualização dos softwares LEADS (GOES/GVAR) e TERASCAN (NOAA/HRPT, Terra/Aqua/MODIS e METOP/HRPT) permitirão a elaboração de novos produtos para atender as necessidades da sociedade civil como a elaboração de animações de imagens com o propósito de disseminar avisos e alertas meteorológicos para salvaguarda da vida e das propriedades (LEADS) ou a detecção e envio automático as autoridades competentes, de focos de calor em áreas de interesse estratégico como áreas indígenas e de preservação permanente.

Os novos sistemas de recepção, processamento e distribuição de imagens satelitais representam o que existe de mais atual em tecnologia, fornecido por conceituadas fabricantes mundiais, (SEAS-

PARCERIAS

PACE e IPS-MeteoStar), sendo que a instalação de todo o sistema foi cumprida dentro do cronograma e com toda a qualidade exigida pelo Censipam, o que incluiu o fornecimento de equipamentos sobressalentes e um contrato de garantia total por 36 meses.



19

Operações

Ações de Inteligência

A Coordenação-Geral de Inteligência (CGINT) do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) apóia as Operações de combate e controle do desmatamento e outros ilícitos, participando da Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais (CICCIA), realizando a integração e Operações de combate aos crimes junto aos órgãos que compõe a referida Comissão.

O SIPAM participa ativamente junto à CICCIA, auxiliando os Órgãos Parceiros (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, IBAMA, ICMBio, ABIN e SENASP) no Planejamento e Execução e Controle das Operações de combate aos ilícitos ligados ao desmatamento e garimpo. Para tanto, quando ativado a sala de Planejamento e Controle (PLACON) fornece material cartográfico de apoio (cartas imagens, imagens de satélite, mapas temáticos), além de confeccionar uma Ordem de Operações, com a finalidade de integração dos Órgãos que compõe a CICCIA. Ainda como participante da CICCIA, propõe demandas a serem discutidas em reuniões, apresentando necessidades de atuação junto aos ilícitos que por vez foram identificados durante o trabalho de mineração de dados e análise de imagens.

Como integrante do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), participa de reuniões de Planejamento junto ao mesmo, contribuindo significativamente na confecção de Relatórios de Inteligência, que auxiliam na tomada de decisões.

Utilizando-se da técnica de Mineração de Dados (data minning) a CGINT realiza verificações no cadastro do Programa Terra Legal, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), buscando identificar inconsistências que localizem possíveis fraudes. Utilizando-se da referida técnica auxilia, também, nas verificações das Guias Florestais (GF) e dos Documentos de Origem Florestal (DOF), com o intuito de auxiliar nas investigações de fraude nos Planos de Manejo, além de realizar auditorias nos mesmos.

As principais Operações de Combate aos Crimes Ambientais em 2011 foram a Operação Ágata I, Operação Ágata III ambas do Ministério da Defesa; Operação Mauritia, Operação Guaricaya Matupi e Operação Capitão do Mato II ambas coordenadas pela Comissão de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais. Nestas Operações o SIPAM participou ativamente no assessoramento, planejamento e execução, sendo apoiado pelos seus Centros Regionais de Manaus, Belém e Porto Velho, os quais tiveram participação efetiva no Planejamento e Controle.

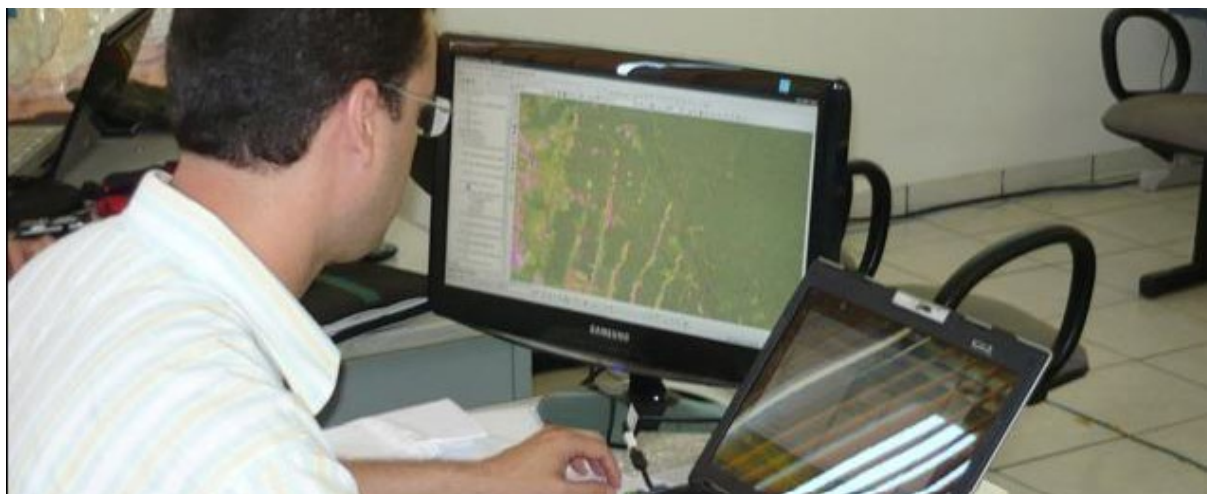
Operação Ágata I

a) Histórico

O Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) foi lançado pela Presidência da República, em 08 de junho de 2011, com o objetivo de combater os delitos transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira brasileira. A Operação Ágata faz parte do PEF e trata-se de uma ação conjunta entre as forças armadas do Brasil e diversos órgãos federais e estaduais no combate a esses delitos na fronteira da Amazônia Ocidental. Foram criadas duas Forças Tarefas (FT), uma denominada FT Negro baseada em São Gabriel da Cachoeira e outra denominada FT Missões baseada no 8º Batalhão de Infantaria de Selva no município de Tabatinga, estado do Amazonas. O SIPAM participou em apoio com VSAT e equipe de Inteligência compondo a célula de inteligência do Centro de Operações (COP) em Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira e Manaus. Foram realizados trabalhos de Inteligência Tecnológica resultando na confecção de relatórios em apoio à decisão do COP.



Centro de Operações



Trabalho de Inteligência no Centro de Operações da Operação Ágata I

OPERAÇÕES



Upgrade da VSAT do 8º Batalhão de Infantaria de Selva em Tabatinga.



Apresentação do CENSIPAM durante a Análise Pós Ação-APA.



Homenagem recebida do comando da FT Missões pela colaboração prestada.

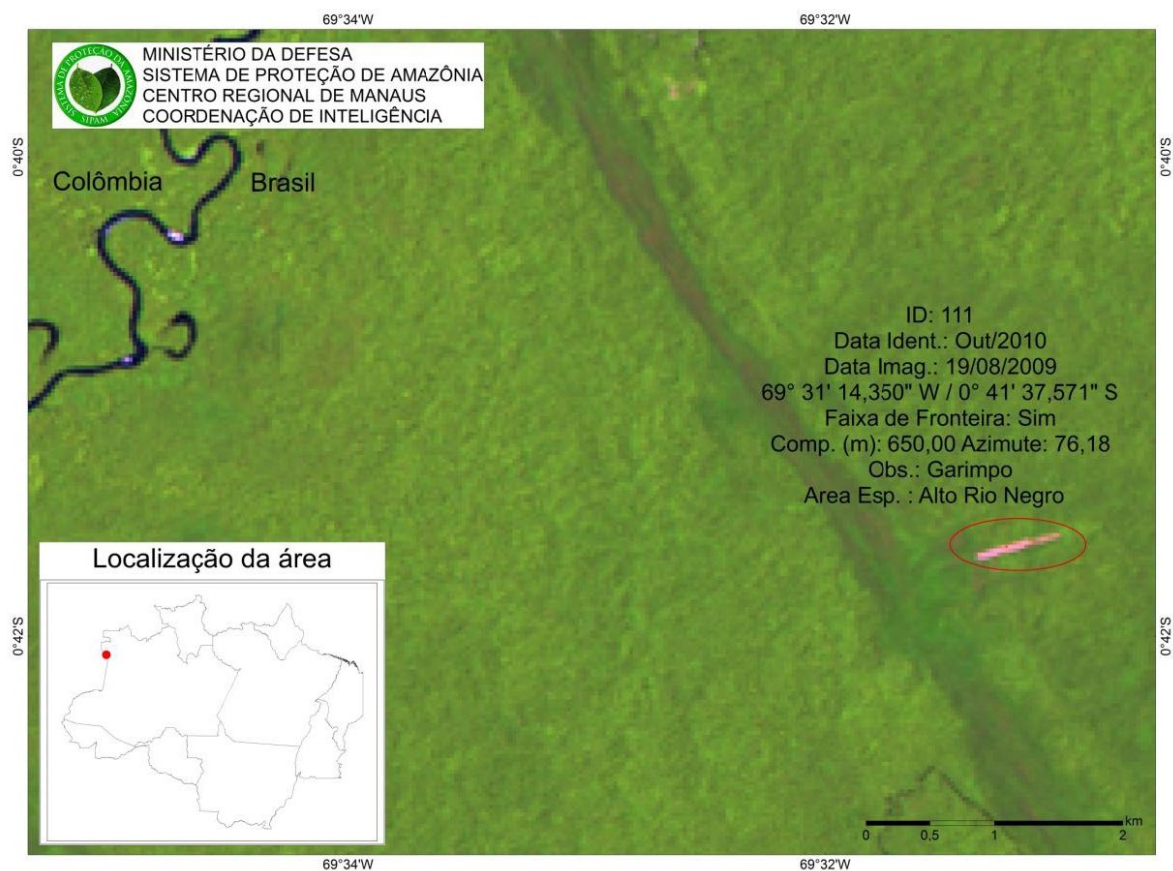


Foto aérea do REC realizado no ID 111 antes da destruição.

OPERAÇÕES



Reunião no COP



Apreensão de Madeiras

Operação Maurita

a) Histórico

Com base nas investigações e trabalhos de campo realizados através de informações de fontes de humanas, mineração de dados e imagens, foi constatada uma crescente retirada de madeira na região leste do Estado do Maranhão, notadamente de Territórios Indígenas (Awã, Carú e Alto Turiaçú) e de Unidade de Conservação Federal de Proteção Integral (Reserva Biológica do Gurupi).

Pela análise dos dados constantes do sistema DOF, em especial os dados consolidados pelo GTI/OAF e documentados no RI 09/2010, pode-se concluir que boa parte das transações com suspeitas de movimentação "virtual" de créditos florestais têm como destino o pólo madeireiros localizados em Buriticupu/MA.

Existem, portanto, fortes indícios de que a produção de madeira desta localidade vem sendo alimentada por bens extraídos ilegalmente das áreas de proteção federal, posteriormente, legalizados através de créditos virtuais.

E mais: em que pese o Poder Público já ter atuado, outrora, na mesma localidade, culminando na interdição de diversos estabelecimentos, com a lacração de equipamentos das madeireiras, a criminalidade organizada não está, segundo informações levantadas por diversas instituições federais, observando as ordens legais de suspensão das atividades.

A partir de dados obtidos junto ao SICAFI/IBAMA, foram identificados cerca de 15 empreendimentos madeireiros ativos em Buriticupu/MA, dos quais, pelo menos a metade apresenta fortes indícios de irregularidades que variam desde o rompimento de embargos até a receptação, processamento e comercialização de

produtos florestais de origem ilícita.

Destarte, o objetivo principal da “Operação Mauritia” é atuar, prioritariamente nas empresas madeireiras de Buriticupu/MA.

Para se otimizar e efetivar a ação do Poder Público contra a criminalidade enraizada na localidade, a operação será realizada em conjunto com outras instituições federais, a saber: IBAMA, ICMBio, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho e CENSIPAM.

O SIPAM participou da Operação colaborando com equipe de inteligência de Brasília, a qual participou na montagem do Centro de Operações na região de Buriticupu/MA, disponibilizando relatórios em apoio às operações de combate ao desmatamento na Amazônia.

b) Missão

Combater os ilícitos ambientais no município de BURITICUPU por meio da dissuasão ao desmontar 10 serrarias após a verificação in loco do descumprimento de embargos anteriormente impostos.

Combater os ilícitos relacionados à receptação, processamento e comércio de produtos florestais de origem ilícita, atuando assim sobre as empresas que se beneficiam economicamente da retirada e comércio de madeira ilegal no interior de áreas públicas federais na região de Buriticupu.

c) Objetivo Geral

A premissa básica desta Operação é descapitalizar os principais envolvidos e beneficiados pelos ilícitos levantados no município de BURITICUPU/MA.

d) Objetivos Específicos

- 1** Identificar e enquadrar criminal e administrativamente os responsáveis pela aquisição, processamento e transporte de produtos florestais de origem ilícita, bem como apurar respectivas fraudes de transferência virtual de créditos florestais;
- 2** Identificar e apontar a responsabilidade criminal de responsáveis por estabelecimentos que estejam exercendo atividade ao arrepio de embargos administrativos e tenham rompido lacres afixados anteriormente pelo Poder Público;
- 3** Proceder à desmontagem das serrarias já anteriormente embargadas e autuadas pelo órgão ambiental, bem como de eventuais novas empresas que venham a ter suas condutas ilegais apuradas durante a operação;

OPERAÇÕES

- 4 Apreender equipamentos e deter os responsáveis pelos crimes ambientais gerando um efeito pedagógico nos demais infratores;
- 5 Descapitalizar e desarticular as principais empresas envolvidas no processamento e comercialização de produtos florestais de origem ilegal, impedindo a continuidade dessas práticas, fortalecendo assim o mercado lícito de produtos florestais;
- 6 Destinar administrativamente os produtos e instrumentos apreendidos, quando possível, obedecidos os critérios e termos da regulamentação vigente;
- 7 Fiscalizar as empresas quanto ao cumprimento da legislação trabalhista, identificando e responsabilizando criminal, trabalhista e administrativamente os responsáveis pela inobservância dos direitos trabalhistas de seus funcionários; e
- 8 Durante a Operação MAURITIA;

a) Foram apreendidos:

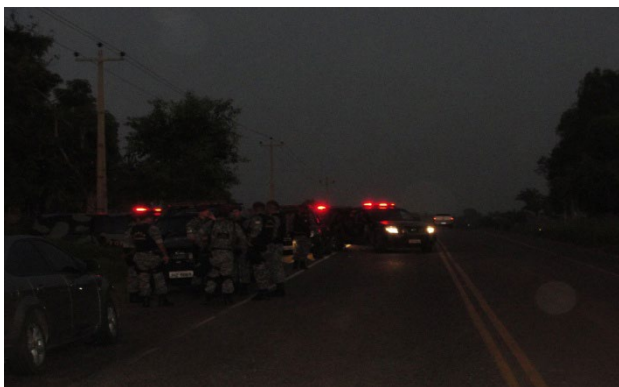
- 24.828 m³ de madeira;
- 04 balsas;
- 01 caminhão;
- 03 reboques;
- 21 contêineres.

b) Resultado final da Operação:

- quantidade de autos de infração: 53 (cinquenta e três);
- valor total de multas: R\$ 2.841.784,34;
- serrarias desmontadas: 10 (dez);
- madeira em tora apreendida: 2.822,03 m³;
- madeira serrada apreendida: 806,8 m³.



Centro de Operações em Buriticupu/MA



Formação/Deslocamento do Comboio



Autuação de Serraria



Autuação de Serraria

OPERAÇÕES



Autuação de Serraria



Autuação de Serraria

Apoio ao pedido da Polícia Federal (mineração de dados de transporte de carvão)

Foi realizado um trabalho de mineração de dados utilizando DOF emitidas pelo órgão competente, sendo enviado ao demandante da missão.

Apoio ao pedido de cooperação de instrução

Foi concretizado o apoio ao pedido de cooperação de instrução da Escola de Inteligência Militar do Exército (EsIMEx), no dia 22 setembro de 2011, em visita de Instrução à Coordenação-Geral de Inteligência.



Instrução para Curso de Inteligência de Imagens, da EsIMEx.



OPERAÇÕES

Operação Guaricaya - Matupi (km180)

a) Histórico

Foi realizada uma Operação Integrada na localidade de Santo Antônio do Matupi (Km 180), com órgãos Federais, com a finalidade de identificar e coibir ilícitos ambientais, fiscais e criminais.

O SIPAM participou na coordenação da operação disponibilizando Equipamento VSAT e equipe de inteligência de Manaus, com a finalidade de montar e operar e dar suporte tecnológico ao Centro de Operações montado na região de Matupi/AM.

Conhecida como "Km 180" da BR 230, o distrito de Matupi possui uma população com mais de 10 mil habitantes. A extração de madeira e a criação de gado são as principais atividades econômicas da região.

A região é o maior pólo madeireiro do estado do Amazonas.

A comunidade é habitada principalmente por migrantes vindos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais e possui grande produção madeireira e pecuária.

Com rebanho superior a 170 mil cabeças de gado e exportando carne para Manaus e outras capitais do País.

Matupi aspira emancipar-se de Manicoré e tornar-se município.

O distrito é responsável pela elevação dos índices de desmatamento no estado do AM, despontando como terceiro no ranking.

Os crimes ambientais que se destacam na região:

- 1) Esquentamento de madeira sem origem legal nas madeireiras;
- 2) Aumento no número de madeireiras não licenciadas;
- 3) Exploração seletiva de madeira sem autorização em terras da União;
- 4) Exploração mineral ilegal.

Além dos crimes ambientais, foram identificados os seguintes ilícitos:

- 1) Trabalhadores não regularizados;
- 2) Tráfico de drogas;
- 3) Veículos adulterados e roubados;
- 4) Conflito grileiro X madeireiros X indígenas;
- 5) Ameaças às lideranças indígenas;
- 6) Sonegação fiscal;
- 7) Porte ilegal de armas;
- 8) Foragidos da justiça.

b) Missão

A intenção da coordenação da operação (CICCIA), procurou descapitalizar os responsáveis pelos crimes ambientais, incidindo em todos os elementos irregulares que dão sustentação a essa prática. Para isso, será feito uma rigorosa verificação documental, apreensão de máquinas e veículos irregulares, verificação das condições de trabalho, entre outras ações.



Planejamento da Operação utilizando Vídeo Conferência CR MN
(Equipe da Inteligência CRMN/IBAMA MN)



Planejamento da Operação utilizando Vídeo Conferência CR PV
(Equipe de Inteligência CRPV/CRMN/IBAMA)



Posto de bloqueio e controle da PRF utilizando VSAT para consulta do INFOSEG

OPERAÇÕES



Equipamento apreendido



Equipamento apreendido



Ação Cívico Social coordenada pelo SIPAM / Exército Brasileiro



Ação Cívico Social coordenada pelo SIPAM / Exército Brasileiro



Apoio Logístico do Exército coordenado pelo SIPAM



Centro de Operações em Matupi/AM - VSAT

OPERAÇÕES



Audiência Pública durante a Operação com a participação dos Órgãos participantes



Madeira apreendida



Madeira apreendida



Equipamento apreendido



Madeira apreendida

OPERAÇÕES



Madeira apreendida



Serrarias vistoriadas e desmontadas



Serrarias vistoriadas e desmontadas



Doação de madeira apreendida durante a Operação



Doação de madeira apreendida durante a Operação

OPERAÇÕES

c) Efetivo:

MD		MJ				MMA	MPT	SSP AM		TOTAL
SIPAM	EB	PF	PRF	FUNAI	FN	IBAMA		PC	BPA	
2	21	-	12	3	29	33	1	2	2	107

OBS: FN – 01(uma) mulher; IBAMA – 09 (nove) mulheres

d) Diversos:

	Acidentes de Carro	Autos de Infrações	Veículos Retidos (DRV)	Recolhimento de CRLV (RRC)	Recolhimento de CNH (DNRC)	Boletim de Ocorrência Policial
TOTAL	2	151	46	20	8	5

e) IBAMA:

	Polígonos	Áreas Embargadas (ha)	Notificação	Autos de Infração	Multas (R\$)	Madeira (m3)	Serrarias Desmontadas
31 out	2	21,2	1	6	197.200,00	70,14	-
1 nov	1	13,64	-	-	-	-	-
2 nov	1	23,7	-	1	180.000,00	-	-
3 nov	-	-	-	-	-	-	-
4 nov	-	-	-	1	3.353,59	11,19	-
5 nov	1	57	-	1	427.500,00	-	1
6 nov	-	-	-	-	-	-	1
7 nov	-	-	-	-	5.000,00	-	1
8 nov	-	-	2	7	719.113,86	362,77	1
9 nov	-	-	-	5	605.034,81	397,25	1
10 nov	-	-	-	2	73.814,00	229,38	1
11 nov	-	-	-	2	4.000,00	-	-
12 nov	-	-	-	1	2.000,00	-	-

f. Resultado final da Operação:

- Área embargada (ha): 433,58
- Madeira apreendida (m3): 1843,85
- Veículos apreendidos: 05 (cinco)
- Serrarias retiradas (desmontadas): 05 (cinco)
- Serrarias embargadas (lacradas): 06 (seis)
- Madeira doada (m3): 584,4
- Multas aplicadas: R\$ 9.185.369,73

Em 21 de novembro de 2011 fora iniciada a Operação Ágata III, coordenada pelo Mi-

Operação Ágata III

nistério da Defesa, que se configura em ação conjunta das Forças Armadas Brasileiras, com o apoio de outros órgãos federais e estaduais, como a Polícia Federal (PF), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Secretaria da Receita Federal (SRF), a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), a Força Nacional de Segurança Pública (FNS), a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgãos de segurança pública dos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, a fim de combater delitos transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira Oeste.

Neste contexto, o Centro Regional de Porto Velho (CR-PV), por meio de sua Coordenação de Inteligência (COINT-PV), integrou-se a Operação Ágata III, desde o dia 7 de novembro de 2011, com a participação na Central de Inteligência da Superintendência Estadual de Rondônia da ABIN. A fim de melhor apoiar a operação em voga, o CR-PV enviou, em 20 de novembro de 2011, seu coordenador de inteligência para o Comando Militar do Oeste (CMO), baseado na cidade de Campo Grande/MS, para integrar-se a Central de Operações daquele Grande Comando. Também fora designado que um assessor militar da COINT-PV participasse além da Central de Inteligência da ABIN/RO, da Central de Inteligência da 17ª Brigada de Infantaria de Selva (17ª Bda Inf Sl).

O CR-PV apoiou, diretamente, a Operação Ágata III com a elaboração de produtos adquiridos a partir de duas fontes de inteligência: a geointeligência e a inteligência de sinais. Ademais, prestou apoio indireto através da análise de dados obtidos das demais fontes de inteligência e apoiou em telecomunicações através de terminais VSAT.

Operação Capitão do Mato II

a) Missão

Realizar uma Operação Integrada na Flona do Trairão e na Resex Riozinho do Anfrísio com os órgãos federais, com a finalidade de identificar e coibir crimes e ilícitos ambientais, fiscais e criminais, relacionados especificamente com a extração ilegal de madeira dessas unidades de conservação.

É intenção da coordenação da coordenação (CICCIA) procurar descapitalizar os responsáveis pelos crimes ambientais, incidindo em todos os elementos irregulares que dão sustentação a essa prática. Para isso, será feito uma rigorosa

OPERAÇÕES

verificação documental, apreensão de máquinas e veículos irregulares, verificação das condições de trabalho, entre outras ações.



Deslocamento da equipe do SIPAM/VSAT para Área de Operações



Reunião Preparatória coordenada pelo CR-PV



Área de acampamento e Centro de Operações



Equipamento camuflado para dificultar apreensão



Equipamento sendo retirado da área de desmatamento



Corte seletivo

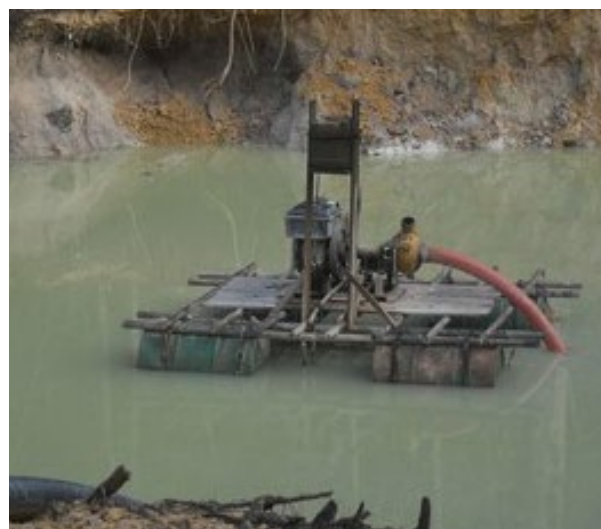


Serraria Vistoriada

OPERAÇÕES



Cidadão armado preso por seqüestro de motociclista



Garimpo Clandestino



Dificuldades enfrentadas em virtude das condições meteorológicas



Madeireira embargada em pleno funcionamento



Madeireira embargada em pleno funcionamento

b) Efetivo:

	MD		MJ			MMA		TOTAL
	SIPAM	EB	PF	PRF	FN	ICMBio	IBAMA	
17 nov	4	-	11	-	24	36	10	85
18 nov	4	-	14	-	24	36	10	88
19 nov	4	-	14	-	24	34	10	86
20 nov	4	-	14	-	24	34	10	86
21 nov	2	-	14	-	24	34	10	84
22 nov	2	-	7	-	24	37	8	78
23 nov	2	28	03	-	24	37	8	102
24 nov	2	28	01	-	24	37	8	100
25 nov	2	28	04	-	24	38	8	104
26 nov	2	28	03	-	24	38	8	103
27 nov	1	28	03	-	24	37	8	101
28 nov	1	28	03	-	24	37	8	101

OPERAÇÕES

29 nov	1	28	03	-	24	37	8	101
30 nov	1	28	03	-	24	37	8	101
01 dez	1	28	-	-	24	37	9	99
02 dez	1	28	-	-	24	36	8	97
03 dez	1	28	-	-	24	36	8	97
04 dez	1	28	-	-	24	36	8	97
05 dez	-	9	-	-	24	36	8	77
06 dez	-	-	-	-	24	36	8	68
07 dez	-	-	-	-	24	36	8	68
08 dez	-	-	-	-	-	36	8	44

b) Relação de material apreendido:

Item	Material	Qtd	Data	Valor Estimado
01	Trator florestal tipo Skider	01	19 Nov 11	150.000,00
02	Armamento caseiro	01		100,00
03	Ferramental	01		1.000,00
04	Motoserra	02		2.000,00
05	Trator Esteira	01	20 Nov 11	90.000,00
06	Trator Valmet	01	22 Nov 11	40.000,00
07	Rodas completas para caminhão	02		3.000,00
08	Trator florestal tipo Skider	01		150.000,00
09	Madeira em tora	51 m³		30.600,00
10	Moto tipo CROSS	01	25 Nov 11	2.000,00
11	Trator Esteira	01	26 Nov 11	90.000,00
12	Madeira Serrada	1599 m³	26 Nov 11	2.398.500,00
13	Angelin Amargoso (tora)	11,5 m³	26 Nov 11	505.000,00
14	Cédro (tora)	16,8 m³		
15	Frejó (tora)	42,3 m³		
16	Garapa / Amarelão (tora)	49,5 m³		
17	Ipê (tora)	1.085,5 m³		
18	Jatobá (tora)	9,2 m³		
19	Sucupira (tora)	6,8 m³		
20	Tatajuba (tora)	41,0 m³		
21	Maquinário da Serraria	-	26 Nov 11	200.000,00
22	Óleo Diesel	600 litros		834,00
23	Trator agrícola	01	01 Dez 11	20.000,00
24	Madeira em tora	44 m³		26.400,00
25	Espingarda calibre 20	01		100,00
26	Espingarda calibre 32	01		100,00

27	Madeira serrada	649 m³	08 Dez 11	972.891,00
28	Madeira em tora	1448 m³		868.800,00
VALOR TOTAL APREENDIDO				5.551.325,00

d) Multas aplicadas:

Item	Infração	Data	Valor Estimado
01	Portar motosserra em floresta sem licença	19 Nov 11	2.000,00
02	Penetrar em UC com instrumentos para caça		1.250,00
03	Penetrar em UC com instrumentos para exploração florestal sem licença		9.600,00
04	Construir estrada retirando cobertura vegetal (4,78 ha) sem autorização		4.000.000,00
05	Penetrar em UC com instrumentos para exploração florestal sem licença	21 Nov 11	5.000,00
06	Penetrar em UC sem autorização	22 Nov 11	1.000,00
07	Ter em depósito madeira sem autorização	26 Nov 11	858.431,10
08	Falta de licença ambiental		500.000,00
09	Queima de resíduos ambientais a céu aberto		500.000,00
10	Penetrar em UC com instrumentos para caça	30 Nov 11	2000,00
11	Penetrar em UC com instrumentos para exploração florestal sem licença		8.000,00
12	Extração mineral sem autorização (4 ha)	03 Dez 11	15.000,00
13	Penetrar em UC sem autorização		1.000,00
14	Danificar floresta (26,03 ha) em área de domínio público sem autorização	04 Dez 11	270.000,00
15	Penetrar em UC com instrumentos para exploração florestal sem licença	09 Dez 11	6.000,00
16	Penetrar em UC com instrumentos para exploração florestal sem licença		1.000,00
17	Destruir a corte raso com uso de fogo floresta nativa no interior de UC (15,6 ha)		240.000,00
VALOR TOTAL DE MULTAS APLICADAS			6.420.281,10

OPERAÇÕES

Auxílio no Combate ao Narcotráfico

a) Histórico:

Por meio do **DECRETO Nº 7.179, DE 20 DE MAIO DE 2010**, da Presidência da República, foi instituído o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Em seu Art. 5º, § 2º, inciso VII, tem o seguinte texto: "criação de centro integrado de combate ao crime organizado, com ênfase no narcotráfico, em articulação com o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, com apoio das Forças Armadas".

b) Participações do Censipam:

Apoio logístico e tecnológico nas Operações no combate ao tráfico de drogas, desvio de produtos químicos, contrabando, descaminho e crimes ambientais.

*Apreensão de drogas;**Visita a Base da SENAD,
em Pedro Juan Caballero.**Laboratório de
refino de Coca;**Palestra sobre o
Ciccon.**Plantação de
Coca*



47

Fortalecimento Interno

FORTALECIMENTO INTERNO

A Coordenação-Geral de Integração Institucional (CGIIN) tem um amplo leque de competências, porém, as atividades rotineiras são norteadas na elaboração de quatro instrumentos:

- a) Termo de Cessão de Uso;
- b) Convênio;
- c) Termo de Cooperação; e
- d) Acordo de Cooperação Técnica.

A Coordenação-Geral de Integração Institucional (CGIIN) tem um amplo leque de competências, porém, as atividades rotineiras são norteadas na elaboração de quatro instrumentos: a) Termo de Cessão de Uso; b) Convênio; c) Termo de Cooperação; e d) Acordo de Cooperação Técnica.

Para desanuviar a finalidade desses instrumentos, segue abaixo o conceito básico de cada um:

a) **Termo de Cessão de Uso:** Relação jurídica de mera cessão de espaço físico de um agente público em favor do outro sem atribuir qualquer valor em pecúnia.

b) **Convênio:** É acordo ou ajuste que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

c) **Termo de Cooperação:** É o instrumento por meio do qual é ajustada a transferência de crédito de órgão ou entidade da Administração Pública Federal para outro órgão federal da mesma natureza ou autarquia, fundação pública ou empresa estatal dependente.

d) **Acordo de Cooperação Técnica:** É acordo ou ajuste que não envolva recursos financeiros.

FORTALECIMENTO INTERNO

Inicialmente, relataremos as atividades desenvolvidas correlacionadas a esses instrumentos:

a) Termo de Cessão de Uso

Atualmente o Censipam possui sete Termos de Cessão de Uso firmados com outros órgãos da Administração Pública Federal cujo objeto é a transferência da posse direta à Cessionária de fração do imóvel do Censipam, conforme quadro abaixo:

Quadro relativo aos Termos de Cessão de Uso cujo objeto é a transferência da posse direta à Cessionária de fração do imóvel do Censipam

Termo de Cessão de Uso	Cessionária	Processo	Início Vigência	Término Vigência	Local	Área Cedida
1/2008	ABIN	00012.000520/2008-49	19/09/2008	18/09/2013	CR-MN	1.505,13
1/2010	MDA	00012.001001/2009-89	08/03/2010	07/03/2015	CCG	253,76
					CR-BE	76,01
					CR-MN	127,88
					CR-PV	170,66
1/2010	ICMBio	00012.000974/2009-09	27/04/2010	26/04/2015	CR-PV	781,00
2/2010	ICMBio	00012.000442/2009-63	27/04/2010	26/04/2015	CR-MN	501,71
3/2010	SFB	00012.000893/2009-09	18/10/2010	17/10/2015	CR-PV	64,80
4/2010	ICMBio	00015.000261/2009-15	03/08/2010	02/08/2015	CR-BE	123,00
5/2010	ANP	00012.001146/2010/13	20/12/2010	19/12/2015	CR-MN	221,14
	Sup. Reg. Receita Federal	00014.000598/2010-68			CR-MN	154,98
	Ministério da Integração Nacional	60000.011942/2011-14			CCG	613,83

Em 2011, em relação ao tema, a CGIIN empenhou-se nas seguintes atividades:

1) Elaboração do Termo de Cessão de Uso com o **Ministério da Integração Nacional** que ocupou uma área de aproximadamente 614 m² no CCG. A previsão que o Termo entre em vigência no 1º trimestre de 2012.

2) Elaboração do Termo de Cessão de Uso com a **Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (2ª Região Fiscal)** que ocupou uma área de aproximadamente 155 m² no CR-MN. O Termo será assinado e publicado em janeiro de 2012.

3) Elaboração do 2º Termo Aditivo ao Termo de Cessão de Uso com o

FORTALECIMENTO INTERNO

Ministério do Desenvolvimento Agrário (**MDA**) em razão dos seguintes motivos:

- Desocupação da área de aproximadamente 128 m² no CR-MN;
- Alteração da área cedida ao MDA no CCG que desocupou parte do Bloco K e passou a ocupar o Bloco J quando da saída da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) da Presidência da República (PR).

4) Elaboração do 1º Termo Aditivo ao Termo de Cessão de Uso nº 1/2010 com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (**ICMBio**) em razão do acréscimo da área cedida de 129,60 m² para 781 m² no CR-PV. Previsão de assinatura e publicação do aditivo em janeiro de 2012.

5) Elaboração do 1º Termo Aditivo ao Termo de Cessão de Uso nº 4/2010 com o **ICMBio** em razão do acréscimo da área cedida de 99,63 m² para 123 m² no CR-BE. A assinatura do aditivo ocorreu em 29/07/2011 e a publicação no Diário Oficial da União (DOU) em 24/10/2011.

6) Elaboração de Termo de Cessão de Uso entre o Censipam e o Departamento de **Polícia Federal** para que este possa instalar o sistema de radio-comunicação a curta distância (TETRAPOL) digital, com criptografia e transmissão de dados no espaço físico do CR-MN. Previsão para publicação do Termo no início de 2012.

Por fim, houve definição entre a CGIIN e a DIRAF a respeito do fluxograma e de competências para a elaboração e a gestão dos Termos de Cessão de Uso. Dessa forma, decidiu-se que a formalização de parceria caberá a CGIIN enquanto a gestão a DIRAF.

b) Convênio:

No início de 2011, o Censipam possuía quatro convênios firmados, sendo um deles firmado com pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e os demais com pessoa jurídica de direito público, conforme quadro abaixo:

Quadro de Convênios

Nº Cadastro Convênio	Início da Vigência	Fim da Vigência	Prazo para prestação de contas	Conveniente
599159/2007	27/11/2007	31/12/2011	29/02/2012	05.666.943/0001-71 - Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do Amazonas
701988/2008	17/12/2008	16/12/2011	14/01/2012	02.519.717/0001-70 - Fundação Ricardo Franco

FORTALECIMENTO INTERNO

724129/2009	18/12/2009	17/12/2011	15/02/2012	09.025.418/0001-28 - Fundação de à Pesquisa do Estado do Pará
744077/2010	30/06/2010	29/06/2012	28/08/2012	74.133.323/0001-90 - Fundação de apoio à Pesquisa do Distrito Federal

Ao final de 2011, a situação dos convênios é a seguinte:

1) Convênio com a **Fundação Ricardo Franco**: O objeto do convênio é a introdução de aperfeiçoamentos técnicos no Projeto do Radar de Defesa Antiaérea de Baixa Altura Saber M60 com o objetivo de torná-lo mais adequado ao emprego na região amazônica, contemplando o desenvolvimento de novos programas computacionais e dispositivos para operação em estações fixas ou móveis em ambiente de selva, com integração ao Sipam e ao Cindacta-4 e a conseqüente construção de um ou mais exemplares do radar com os aperfeiçoamentos introduzidos.

O convênio foi encerrado em 16/12/2011 e encontra-se em fase de "Prestação de Contas". O Censipam já emitiu o relatório de atividades técnicas referente ao recebimento físico provisório de um exemplar do radar Saber M60 em conformidade com o objeto do convênio. O recebimento definitivo ficou vinculado à aceitação técnica que será feita após a realização com sucesso do Teste de Aceitação de Campo, programado para março de 2012. Adicionalmente, falta à conclusão da etapa de validação do protótipo, treinamento de usuários e suporte operacional, tudo relativo à Meta 3.

2) Convênio com a **FAPESPA**: O objeto do convênio é estabelecer um programa de atuação conjunta para a operacionalização do Programa de Capacitação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento de Estudos e Projetos Aplicados ao Censipam, visando o fortalecimento do Censipam como instituição capaz de integrar informações e gerar conhecimentos atualizados para a articulação, o planejamento e a coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal.

O convênio foi aditivado prorrogando o prazo de vigência por mais 12 meses (17/12/2011 a 16/12/2012) e alterando o valor global do convênio para R\$ 1.505 mil, acréscimo de R\$ 305 mil em repasses da concedente e contrapartida da conveniente. Ademais, houve os devidos ajustes do plano de trabalho.

3) Convênio com a **FAPEAM**: O objeto do convênio é estabelecer um programa de atuação conjunta para a operacionalização do Programa de Capacitação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento de Estudos e Projetos aplicados ao Censipam – Prosipam – em conformidade com as normas, critérios e orientações previstos no Plano de Trabalho e no Termo de Referência, visando o fortalecimento do Censipam como instituição capaz de integrar informações e gerar conhecimentos atualizados para a articulação, o planejamento e a coordenação de ações globais de governo na Amazônia

FORTALECIMENTO INTERNO

Legal.

O 4º Termo Aditivo ao Convênio prorrogou o prazo de vigência do convênio até o dia 30 de novembro de 2012, não podendo ser mais prorrogado. Além disso, houve aumento da contrapartida da conveniente por meio de serviços de administração do Programa.

4) Convênio com a **FAP/DF**: O objeto desse convênio é constituído em duas partes: I- Operacionalização do Programa de Capacitação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento de Estudos e Projetos Aplicados ao Censipam e; II- otimização da gestão de projetos de pesquisa e de fomento da FAP/DF.

Esse convênio se encerra em junho de 2012, sendo que em 2011 ocorreu apenas a gestão e monitoramento desse instrumento pelo Censipam.

c) Termo de Cooperação:

Hodiernamente, o Censipam possui quatro Termos de Cooperação em vigor, sendo que dois deles foram firmados em 2011, conforme quadro abaixo:

Quadro de Termo de Cooperação

Nº Processo	Início da Vigência	Fim da Vigência	Parceiro
00012.000600/2010-19	24/05/2010	31/03/2013	Ministério do Meio Ambiente por intermédio do Departamento de Fomento ao Desenvolvimento Sustentável
00012.000292/2010-21	20/05/2010	20/01/2012	Comissão para Coordenação do Projeto de Sistema de Vigilância da Amazônia
60090.000393/2011-82	20/10/2011	19/02/2014	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
600.90.000816/2011-64	08/12/2011	31/10/2014	Ministério do Meio Ambiente

1) Termo de Cooperação com o **MDS**: O Censipam e o MDS assinaram o Termo durante a cerimônia de lançamento do Pacto Norte – Brasil Sem Miséria, no Teatro Amazonas, em Manaus. Com a parceria, o Censipam instalará 166 antenas de comunicação via satélite provendo internet em municípios afastados ou de difícil acesso na Amazônia, nos Estados do Acre, Pará, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Roraima e Amazonas. O evento teve a presença da presidenta da República, da ministra do MDS e dos governadores da Região Norte. Com o equipamento, os gestores municipais poderão cadastrar as famílias que vivem em situação de pobreza ou de extrema pobreza no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. A infraestrutura tecnológica do Censipam contribuirá para ampliar o acesso dos programas

sociais do governo federal na região, beneficiando as famílias que vivem em situação de pobreza. Alguns equipamentos já estão instalados, portanto, serão reativados e atualizados tecnologicamente, para atender à demanda do MDS. Com o sinal de internet, o novo sistema de formulários do MDS para o cadastramento funcionará on-line. Assim, a conexão fará o carregamento de dados via web, a partir do site da Caixa Econômica Federal (CEF), que hospeda o banco de dados do Cadastro Único. Em outras localidades, haverá necessidade de instalar o terminal via satélite completo. Alguns equipamentos precisarão ser transportados por via aérea e fluvial. Os municípios de faixa de fronteira, por exemplo, que requer maior esforço logístico, o Censipam contará com apoio da Força Aérea, do Exército Brasileiro e com empresas contratadas. Depois de instalada a rede, o Censipam terá os dados do Cadastro Único. A ideia é acrescentar essas informações ao banco de dados já existente do Censipam sobre a Amazônia. Assim, poderá ampliar sua base de informações. O conhecimento desses dados ajudará o governo federal na implementação de outras políticas públicas, mudando a realidade dessa população.

2) Termo de Cooperação com o **MMA**: Seguindo dentro do escopo da inclusão social e do desenvolvimento sustentável na região, o Censipam firmou, em dezembro de 2011, o Termo de Cooperação com o MMA cujo objeto é o estabelecimento de metodologia, infraestrutura, sistemas de informações e procedimentos que visam o acompanhamento das ações do Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Programa Bolsa Verde. O Programa tem como objetivos: a) o incentivo à conservação dos ecossistemas, entendida esta como sua manutenção e uso sustentável, e b) a promoção da cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural em áreas definidas como prioritárias. Para cumprir os objetivos propostos pelo Programa, a União fica autorizada a transferir recursos financeiros às famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvam atividades de conservação de recursos naturais no meio rural. O Programa realizará repasses trimestrais no valor de R\$ 300,00, durante um prazo de dois anos, podendo este repasse ser renovado. Estão previstas, também, condições de cessação da transferência de recursos e a ressalva de que tal recebimento de recursos tem caráter temporário e não gera direito adquirido, demonstrando que o apoio pretende ser um estímulo para a prática de conservação ambiental por essas famílias, por meio de atividades que geram autonomia sem a dependência dessas famílias do recurso repassado. Os beneficiários do Programa são as famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvam atividades de conservação nas seguintes áreas: a) florestas nacionais, reservas extrativistas federais e reservas de desenvolvimento sustentável federais; b) projetos de assentamento florestal, projetos de desenvolvimento sustentável ou projetos de assentamento extrativista instituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - MMA; e outras definidas como prioritárias por ato do Poder Executivo, desde que nelas sejam identificados recursos naturais. Como requisitos para a participação no Programa, a família interessada, deverá atender, cumulativamente, às seguintes condições: a)

FORTALECIMENTO INTERNO

encontrar-se em situação de extrema pobreza; b) estar inscrito no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal; e c) desenvolver atividades de conservação nas áreas prioritárias definidas pelo Programa. As tecnologias atualmente existentes no Sipam poderão executar o monitoramento da cobertura vegetal nas áreas prioritárias, além de apoiar de forma expressiva a execução do Programa Bolsa Verde, tornando assim o Censipam, um parceiro estratégico do MMA, para a condução do Programa.

3) Termo de Cooperação com o MMA por intermédio do **FNMA**: Em agosto de 2011, o Censipam e o FNMA prorrogaram mediante celebração de termo aditivo, o Termo de Cooperação firmado em 2010, na contínua busca de conjugação de esforços para promoverem o fortalecimento institucional dos municípios situados na área de abrangência do Programa Arco Verde do Governo federal, por meio de capacitação e assistência técnica a gestores municipais e integrantes de Conselhos Municipais, para o combate ao desmatamento.

4) Termo de Cooperação com a **CCSIVAM**: Em maio de 2010, o Censipam firmou Termo de Cooperação com a CCSIVAM no intuito de realizar atividades conjuntas para a modernização do Sipam, com foco na área de inteligência, abrangendo o desenvolvimento e implantação do Software de Gerenciamento de Pista (GPIS) e a concepção de uma ferramenta de análise, que constituirão instrumentos voltados para o projeto Cartografia da Amazônia. Em dezembro de 2011, ambos os partícipes firmaram um termo aditivo adicionando ao Termo R\$ 184 mil para fins de cumprimento de obrigações contratuais.

5) Termo de Cooperação com o **MDA**: O Termo de Cooperação entre o Censipam e o MDA que visava ações conjuntas no Programa Terra Legal encerrou-se em 2011 e encontra-se na fase de "Prestação de Contas". Um novo Termo de Cooperação entre os dois parceiros está em construção para ser executado em 2012.

d) Acordo de Cooperação Técnica:

Em 2011, a CGIIN realizou minucioso diagnóstico sobre os Acordos de Cooperação Técnica (ACT) firmados pelo Censipam desde sua criação, conforme apresentado no quadro abaixo:

Diagnóstico: Acordos de Cooperação Técnica – 2002 a 2010

Ano	Total de ACT's	Em Vigor	Não Celebrados	Plano de Trabalho	ACT's não Encontrados	Total ACT Encerrados	Total ACT a Encerrar
2002	15	0	0	0	5	9	5
2003	8	0	1	1	2	4	1
2004	16	0	0	3	1	14	2
2005	16	0	1	3	0	6	9

FORTALECIMENTO INTERNO

2006	3	0	2	0	0	0	2
2007	13	10	3	5	0	0	3
2008	13	8	4	8	0	0	3
2009	24	19	3	13	0	0	4
2010	56	43	11	11	0	0	0

Em 2012, a expectativa que todos os ACT em vigor tenham plano de trabalho e aqueles com prazo de vigência exaurido ou não celebrado sejam encerrados e devidamente arquivados.

Ainda em relação ao corrente ano, nenhum ACT foi firmado pelo Censipam. Porém, há dois ACT com planos de trabalhos elaborados e aprovados pelos órgãos parceiros, com previsão de assinatura e publicação no início do ano vindouro:

1) ACT com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC): A interface entre o Censipam e a ANAC iniciará pela apresentação aos servidores dos partícipes dos sistemas de gerenciamento de pistas (aeronaves em voo), o sistema de aviação civil (SACI) e o sistema integrado de informações da aviação civil (SINATAC). Com o conhecimento adquirido estes servidores poderão descrever os parâmetros e procedimentos de interoperabilidade de dados, bem como poderão identificar os mecanismos de gestão qualitativa e quantitativa dessa interface. Identificados e mapeados os processos de interoperabilidade o Censipam e a ANAC estabelecerão um módulo de testes para verificar a eficiência e eficácia da interação do GPIS, SACI e SINTAC, promovendo as correções necessárias. Por fim, as partes elaborarão a documentação, contendo os procedimentos, e promoverão a operacionalização da interface. A parceria deve ser aprimorada considerando o estado da arte tecnológico. Os aplicativos e a arquitetura de banco de dados existentes em cada órgão não sofrerão modificações, para atendimento das interfaces pactuadas.

2) ACT com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – **Programa Telessaúde da Amazônia**: Considerando que nem todos os municípios brasileiros, notadamente os da Amazônia Legal, possuem a infraestrutura tecnológica necessária, verifica-se que a conjunção de esforços entre a UFAM e o Censipam contribuirá para ampliar o acesso aos programas de atenção básica preconizadas pelo Ministério da Saúde, entre a parcela mais vulnerável de sua população. Os primeiros municípios beneficiados pelo Programa serão Humaitá, Benjamin Constant, Itacoatiara e Coari.

e) Outras Atividades:

Como indicado acima, a CGIIN executa diversas atividades não relacionadas com a elaboração dos quatro instrumentos examinados. Dessa forma, de forma concisa, apresentaremos as demais ações realizadas pela Coordenação-Geral em 2011:

FORTALECIMENTO INTERNO

1) Planejamento e Orçamento

Em 2011, a CGIIN iniciou o processo de incorporação das atividades da Assessoria de Planejamento e Orçamento (ASPLAN) como rol de suas competências. Abaixo estão apresentadas as principais atividades realizadas:

Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 e Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2012: Em 2011, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) introduziu alterações significativas na elaboração do PPA 2012-2015 em relação à estrutura adotada pelos últimos três planos plurianuais do Governo Federal. O sentido geral das mudanças foi o da busca por um caráter mais estratégico para o Plano, criando condições efetivas para a formulação, a gestão e a implementação das políticas públicas. Além disso, a nova estrutura define os espaços de atuação do Plano e do Orçamento, e qualifica a comunicação com a sociedade.

As categorias a partir das quais o Plano se organizava foram redesenhadas. O binômio “**Programa-Ação**”, que estruturava tanto os planos plurianuais como os orçamentos, dá lugar a **Programas Temáticos, Objetivos e Iniciativas**, tornando-se a **Ação** uma categoria exclusiva dos orçamentos. Com isso, define-se uma relação de complementaridade entre os instrumentos, sem prejuízo à integração. O Plano tem como foco a organização da ação de governo nos níveis estratégico e tático, e o Orçamento responde pela organização no nível operacional.



Dessa forma, o Programa 0496 – Informações Integradas para Proteção da Amazônia – de responsabilidade do Censipam dá lugar ao Programa Temático do Ministério da Defesa, num enxugamento substancial de Programas em função da nova metodologia adotada.

PPA 2012-2015 - Censipam

EXERCÍCIO 2012											PLOA (2012)				LOA (2012)			
Programa	Objetivo	Metas para 2015	Iniciativa	Ação	Produto	Unidade de Medida	Meta Física PLOA 2012	Atividade ou Projeto	Duração do Projeto	Total do Projeto	Custeio	Investimento	Total por Ação	Total	Custeio	Investimento	Total por Ação	Total
2058 - Política Nacional de Defesa	522 - Implantar o Sistema de Cartografia da Amazônia, visando aprofundar o conhecimento das características fisiográficas da região, contribuindo para o desenvolvimento e para o monitoramento regional, segurança e defesa nacional, com especial ênfase nas áreas de fronteira	Editar 1.561 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)	012K - Sistema de Cartografia Aplicada ao Desenvolvimento Regional da Amazônia Legal	20TB - Sistema de Cartografia para a Amazônia Legal	Carta Produzida	Unidade	2006	Atividade	Não Aplicável	Não Aplicável	10.000.000,00	14.000.000,00	24.000.000,00	72.730.000,00	9.832.000,00	14.000.000,00	23.832.000,00	72.268.000,00
		Processar 1.478 modelos digitais de superfície (MDS)																
		Elaborar 2.292 arquivos de estratificação vegetal																
		Processar 1.478 modelos digitais do terreno (MDT)																
		Processar 1.478 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)																
		Atualizar 74 cartas náuticas																
		Produzir 433 cartas aerogeofísicas																
		Produzir 70 cartas geológicas																
		Editar e imprimir 606 cartas topográficas																
	Executar o imageamento de 731.046 Km² em áreas de floresta e não-floresta																	
	533 - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia – Sipam, por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia	Attingir 90% de operacionalidade dos terminais de acesso a comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal	8110 - Levantamento de Dados Territoriais na Amazônia Legal	Área Monitorada	Km²	7.140.000	Atividade	Não Aplicável	Não Aplicável	4.434.000,00	6.904.000,00	11.338.000,00	4.434.000,00		6.904.000,00	11.338.000,00		
		Capacitar 1.300 técnicos nos 700 municípios na Amazônia Legal em geotecnologias aplicadas na gestão territorial (Programa Sipam Cidades)	20AY - Sistema de Telecomunicações Críticas, Tecnologia da Informação, Base de Dados e Sensores	Sistema Modernizado	Porcentagem	100	Atividade	Não Aplicável	Não Aplicável	5.000.000,00	5.000.000,00	10.000.000,00	5.000.000,00		5.000.000,00	10.000.000,00		
		Disponibilizar 1.000 antenas VBAT (Very Small Aperture Terminal) para atender aos órgãos e entidades parceiras																
		Emitir anualmente 300 relatórios de inteligência	020H - Proteção, Segurança e Desenvolvimento Regional da Amazônia Legal	6808 - Monitoramento Territorial e Ações de Inteligência	Relatório de Monitoramento Elaborado	Unidade	300	Atividade	Não Aplicável	Não Aplicável	1.000.000,00	-	1.000.000,00		1.000.000,00	-	1.000.000,00	
		Implementar 130 telecentros nos municípios da Amazônia Legal (Programa Sipam Cidades)																
		Monitorar mensalmente o desmatamento em 470.000 Km² de glebas públicas federais na Amazônia Legal (Programa Terra Legal)	13F9 - Construção do Edifício-Sede do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam	Edifício construído	% de execução física	8	Projeto	Início: 01/2012	22.000.000,00	-	5.000.000,00	5.000.000,00	-		5.000.000,00	5.000.000,00		
		Monitorar semestralmente 150 milhões de hectares no Programa de Áreas Especiais (ProAE)																
		Elaborar anualmente 39.312 boletins de previsão diária de tempo para municípios da Amazônia Legal	4091 - Capacitação de Recursos Humanos	Servidor Capacitado	Unidade	200	Atividade	Não Aplicável	Não Aplicável	1.000.000,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00		-	1.000.000,00		
2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa		Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	20T5 - Funcionamento e Manutenção do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	Centro Mantido	Unidade	4	Atividade	Não Aplicável	Não Aplicável	18.792.000,00	1.600.000,00	20.392.000,00	18.498.000,00	1.600.000,00	20.098.000,00	

FORTALECIMENTO INTERNO

Dentre outras atividades de planejamento e orçamento, a CGIIN realizou:

- a) Consolidação do Relatório de Atividades - 2010;
- b) Prestação de Contas do Presidente da República - 2010;
- c) Relatório Geral de Alocação de Pessoas;
- d) Monitoramento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan); e
- e) Elaboração da Mensagem Presidencial - 2012

A CGIIN passou a ter autonomia para publicar as matérias de sua competência relativas a Termos de Cessão de Uso, Termos de Cooperação, Acordos de Cooperação Técnica e Convênios, todas relacionadas a Seção 3, do DOU. Tal independência reduz o tempo de publicação entre a assinatura do termo e a publicação no DOU. Outrora, o Consipam deveria encaminhar as matérias para publicação a Presidência da República e a Administração Central do Ministério da Defesa.

Consipam
Cindacta IV
OTCA
Palestras Institucionais
EMAER
Cooperação Brasil-Peru
Cooperação Brasil / Índia
Mudanças Climáticas
Comitê Conjunto de Defesa Brasil-China
Cooperação Brasil Chile
Cartografia da Amazônia

Perspectivas para 2012

Termos de Cessão de Uso: Existe uma perspectiva de estreitar o relacionamento com os órgãos parceiros que ocupam o espaço físico no Consipam. Além disso, a CGIIN fomentará um estudo com a DIRAF e DITEC para padronizar as despesas rateadas entre os órgãos parceiros em todos os Centros Regionais e CCG.

Convênios: A perspectiva do Censipam é de firmar convênio com a Fundação de Tecnologia do Estado do Acre – FUNTAC – pessoa jurídica de direito público, nos moldes dos convênios com a FAPEAM, FAPESPA e FAP/DF. Entretanto, o Censipam poderá elaborar editais e contratar e administrar os bolsistas e pesquisadores de forma direta.

Termo de Cooperação: Em 2012, a principal perspectiva de celebração de Termo de Cooperação com órgãos parceiros do Governo Federal é o acordo a ser realizado entre o Censipam e o MDA para a execução da 2ª fase do Programa Terra Legal. Vale dizer que o MDA foi um dos principais parceiros, senão o principal, do Censipam em 2010.

Acordo de Cooperação Técnica:

Com o procedimento de se firmar ACT com seu respectivo plano de trabalho, o que torna o trabalho mais complexo, há um número razoável de ACT que sejam elaborados em 2012. Os órgãos parceiros que sinalizaram intenções de formalizar protocolos com o Censipam são: Ministério Público-AC, Secretaria de Segurança Pública-AC, Secretaria de Estado do Meio Ambiente-AC, Município de Pimenta Bueno-RO, Subcomando de Ações de Defesa Civil do Amazonas, Fundação Oswaldo Cruz, Universidade Estadual Paulista, entre outros.

Outras Atividades:

1) Planejamento e Orçamento: Para 2012, a expectativa que a CGIIN incorpore mais atividades de planejamento e orçamento na sua rotina, adicionando além daquelas realizadas em 2011:

- a)** coordenar a elaboração e revisão do Plano Estratégico do Censipam e instrumentos de programação orçamentária;
- b)** Elaborar anualmente a proposta orçamentária do órgão à luz do planejamento estratégico e da programação orçamentária do PPA;
- c)** sistematizar as informações sobre as ocorrências na prestação de serviços aos órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, distrital e entidades não-governamentais e demais estatísticas de sua área de atuação, que tenham repercussões institucionais para o Censipam;
- d)** elaborar os Boletins Gerenciais;
- e)** fomentar a construção de indicadores;
- f)** fomentar a elaboração de manuais de procedimentos internos.

